

com (iii) a alteração da redação dos artigos 1º e 4º do Estatuto Social da Companhia; e (3) retificação de erros materiais contidos na Ata lavrada na AGE de 25 de julho p.p., especificamente (i) no registro lançado na parte final do item b.4. e (ii) no número referido no item 2. daquele instrumento. **LEITURA DE DOCUMENTOS.**

**RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA:** (1) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembléia Geral, uma vez que são do conhecimento dos acionistas. (2) Foi dado conhecimento aos presentes do recebimento do Ofício CVM/SEP/GEA-3/n.429/05, que se refere à correspondência protocolada pelos acionistas Rubens dos Santos e Atrium Fundo de Investimentos e Valores Mobiliários, a qual foi lida na sua integralidade. (3) As eventuais declarações de votos, protestos e dissidências porventura apresentados serão numerados, recebidos e autenticados pela Mesa e arquivados na sede da Companhia, nos termos do Art. 130, Parágrafo 1º da Lei Sociedades por Ações, ficando autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do Art. 130, Parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações.

**DELIBERAÇÕES:** Em sede de Assembléia Geral Ordinária, os acionistas presentes elegeram, por unanimidade e sem restrições, com abstenção do acionista Rubens dos Santos, o Sr. João Carlos Ribeiro de Albuquerque, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da cédula de identidade RG n. 2.984.078 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob n. 037.352.304-15, com endereço na Rua Ary Antenor de Souza, n. 321, Campina/SP, para integrar o Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo, em substituição ao Sr. Britaldo Pedrosa Soares, que apresentou sua renúncia em 10 de agosto p.p. Em sede de **Assembléia Geral Extraordinária**, os acionistas, ao deliberarem sobre o **Primeiro Item da Ordem do Dia**, aprovaram, por unanimidade, com abstenção do acionista Rubens dos Santos, a emissão de debêntures pela Companhia, com as seguintes características: **(A)** emissão debêntures simples, quirografárias, com garantia adicional, para distribuição pública, que constituirá a 2ª Emissão da Companhia, em três séries, não conversíveis em ações de emissão da Companhia ("Debêntures"), que terão as seguintes características: (i) **Valor Total da 2ª Emissão:** o valor total da emissão será de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais); (ii) **Número de Séries:** a 2ª Emissão será realizada em três séries; (iii) **Quantidade:** a 1ª série será composta por 37.500 (trinta e sete mil e quinhentas) Debêntures ("Debêntures da 1ª Série"), a 2ª série será composta por 18.750 (dezoito mil setecentas e cinquenta) Debêntures ("Debêntures da 2ª Série") e a 3ª série será composta por 18.750 (dezoito mil setecentas e cinquenta) Debêntures

com (iii) a alteração da redação dos artigos 1º e 4º do Estatuto Social da Companhia; e (3) retificação de erros materiais contidos na Ata lavrada na AGE de 25 de julho p.p., especificamente (i) no registro lançado na parte final do item b.4. e (ii) no número referido no item 2. daquele instrumento. **LEITURA DE DOCUMENTOS,**

**RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA:** (1) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembléia Geral, uma vez que são do conhecimento dos acionistas. (2) Foi dado conhecimento aos presentes do recebimento do Ofício CVM/SEP/GEA-3/n.429/05, que se refere à correspondência protocolada pelos acionistas Rubens dos Santos e Atrium Fundo de Investimentos e Valores Mobiliários, a qual foi lida na sua integralidade. (3) As eventuais declarações de votos, protestos e dissidências porventura apresentados serão numerados, recebidos e autenticados pela Mesa e arquivados na sede da Companhia, nos termos do Art. 130, Parágrafo 1º da Lei Sociedades por Ações, ficando autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do Art. 130, Parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações.

**DELIBERAÇÕES: Em sede de Assembléia Geral Ordinária,** os acionistas presentes elegeram, por unanimidade e sem restrições, com abstenção do acionista Rubens dos Santos, o Sr. João Carlos Ribeiro de Albuquerque, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da cédula de identidade RG n. 2.984.078 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob n. 037.352.304-15, com endereço na Rua Ary Antenor de Souza, n. 321, Campina/SP, para integrar o Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo, em substituição ao Sr. Britaldo Pedrosa Soares, que apresentou sua renúncia em 10 de agosto p.p.. Em sede de **Assembléia Geral Extraordinária,** os acionistas, ao deliberarem sobre o **Primeiro Item da Ordem do Dia,** aprovaram, por unanimidade, com abstenção do acionista Rubens dos Santos, a emissão de debêntures pela Companhia, com as seguintes características: **(A)** emissão debêntures simples, quirografárias, com garantia adicional, para distribuição pública, que constituirá a 2ª Emissão da Companhia, em três séries, não conversíveis em ações de emissão da Companhia ("Debêntures"), que terão as seguintes características: (i) Valor Total da 2ª Emissão: o valor total da emissão será de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais); (ii) Número de Séries: a 2ª Emissão será realizada em três séries; (iii) Quantidade: a 1ª série será composta por 37.500 (trinta e sete mil e quinhentas) Debêntures ("Debêntures da 1ª Série"), a 2ª série será composta por 18.750 (dezoito mil setecentas e cinquenta) Debêntures ("Debêntures da 2ª Série") e a 3ª série será composta por 18.750 (dezoito mil setecentas e cinquenta) Debêntures

:::~::~

(“Debêntures da 3ª Série”) (as Debêntures da 1ª Série, as Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série em conjunto definidas simplesmente, como Debêntures), totalizando 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures; (iv) Data de Emissão: 1º de setembro de 2005; (v) Valor Nominal Unitário: as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); (vi) Espécie: as Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional a ser constituída por meio de cessão fiduciária de direitos de crédito detidos e a serem detidos pela Companhia, nos termos do contrato de cessão fiduciária em garantia a ser celebrado entre a Companhia, o agente fiduciário das Debêntures e o banco mandatário; (vii) Convertibilidade: as Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; (viii) Forma: as Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelares ou certificados; (ix) Remuneração: as Debêntures da 1ª Série terão seu valor nominal unitário atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), acrescido de juros remuneratórios a serem definidos em procedimento de *bookbuilding* a ser conduzido pelas instituições financeiras intermediárias responsáveis pela coordenação da Emissão e colocação das Debêntures, cuja taxa final será ratificada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião especialmente convocada para este fim. As Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série terão remuneração baseada na variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo, apuradas e divulgadas pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP (“CETIP”), capitalizada de um *spread* a ser definido no procedimento de *bookbuilding* retro mencionado, cuja taxa final será ratificada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião a ser especialmente convocada para este fim. (B) Condições Aplicáveis: (a) Data de Emissão: 1º de setembro de 2005; (b) Prazo e Data de Vencimento: o prazo de vencimento das Debêntures será de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 1º de setembro de 2011; (c) Amortização: (i) *Debêntures da 1ª Série*: o valor nominal unitário atualizado das Debêntures da 1ª série da 2ª Emissão será amortizado em 1º de setembro de 2009, 1º de setembro de 2010 e 1º de setembro de 2011, nos percentuais de 33,33%, 33,33% 33,34%, respectivamente; (ii) *Debêntures da 2ª Série e da 3ª Série*: o valor nominal unitário das Debêntures da 2ª série e da 3ª série da 2ª Emissão será amortizado em 1º de setembro de 2009, 1º de setembro de 2010 e 1º de setembro de 2011, nos percentuais de 33,33%, 33,33% 33,34%, respectivamente; (d) Pagamento da Remuneração: (i) *Debêntures da 1ª Série*: os juros remuneratórios das Debêntures da 1ª série serão devidos anualmente, sendo a

primeira parcela com vencimento em 1º de setembro de 2006, e a última em 1º de setembro de 2011; (ii) *Debêntures da 2ª Série e da 3ª Série*: o rendimento das Debêntures da 2ª Série e o rendimento das Debêntures da 3ª Série serão devidos semestralmente, sendo a primeira parcela com vencimento em 1º de março de 2006, e a última em 1º de setembro de 2011; (e) Resgate Antecipado: (i) Não será permitido o resgate antecipado das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série. A Companhia terá a faculdade de resgatar a totalidade ou parte das Debêntures da 3ª Série em circulação, desde que após o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão. No caso de resgate parcial das Debêntures da 3ª Série em circulação, este deverá ser realizado por meio de sorteio coordenado pelo agente fiduciário da 2ª Emissão, com observância do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. O resgate total ou parcial das Debêntures da 3ª Série em circulação será efetuado mediante o pagamento do valor nominal unitário das Debêntures da 3ª Série acrescido do rendimento das Debêntures da 3ª Série, acrescido de um prêmio a ser definido de acordo com os termos da escritura de emissão; (f) Forma de Colocação: as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio (i) do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto – ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e (ii) do sistema de negociação BOVESPA FIX, administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, e custodiado na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLIC; (g) Condições de Integralização: a integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição; e (h) Vencimento Antecipado: as Debêntures poderão ter seu vencimento antecipado declarado antecipadamente pelo agente fiduciário na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) liquidação, pedido de autofalência ou de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, da Companhia e/ou suas controladas (exceto pela liquidação da controlada Terraco Investments Ltd.); (ii) ocorrência de qualquer ato de falência ou procedimento análogo que venha a ser criado por lei (conforme definido em lei) em relação à Companhia e/ou suas controladas; (iii) não pagamento, pela Companhia, de qualquer parcela do valor nominal unitário, rendimentos ou quaisquer outros valores devidos aos titulares de Debêntures, nas respectivas datas de vencimento; (iv) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a Companhia ou suas controladas

que não sejam sanados no prazo de 72 (setenta e duas) horas, cujo valor, em conjunto, seja superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia; (v) descumprimento pela Companhia de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão e no contrato de cessão fiduciária em garantia, não sanado dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da ocorrência do evento, exceto quando houver previsão de período de cura específico para tal descumprimento ou configurar vencimento antecipado automático, nos termos da escritura de emissão; (vi) a Companhia e/ou suas controladas deixarem de pagar qualquer obrigação pecuniária em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura aplicável a tal pagamento ou se o prazo para pagamento não for prorrogado de comum acordo entre as partes, prorrogação esta que deve estar devidamente comprovada e documentada pela Companhia e que não poderá caracterizar vencimento antecipado das respectivas obrigações; (vii) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida pecuniária da Companhia e/ou suas controladas, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) ou seu contra-valor em outras moedas; (viii) se a Companhia deixar de deter, por qualquer motivo, a concessão conforme previsto no Contrato de Concessão de Distribuição n.º 187/98, firmado, em 27 de agosto de 1998, entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a Companhia para regular a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica das concessões de que é titular a Companhia ou na legislação; (ix) as declarações e garantias prestadas pela Companhia nos termos da escritura de emissão e/ou no contrato de cessão fiduciária em garantia forem descumpridas e/ou provarem-se substancialmente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas; (x) caso a Companhia transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações que venham a ser adquiridos na escritura de emissão e no contrato de cessão fiduciária em garantia, sem a prévia anuência do agente fiduciário, como representante dos debenturistas; (xi) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta de parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Companhia ou suas controladas, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento da Companhia de suas obrigações relativas às Debêntures; (xii) não

cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia ou suas controladas, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento; (xiii) transferência do controle acionário da Companhia ou suas controladas sem a prévia e expressa autorização de debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto quando realizada dentro do grupo de controle da Companhia ou quando realizada no âmbito do processo de reestruturação da Enron Corp. n.º 01-16034 (AJG), com base no Capítulo 11 da Lei de Falências dos Estados Unidos (*Chapter 11 of the U.S. Bankruptcy Code*), em trâmite perante a Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (a "Corte"), e no âmbito do plano conjunto da Enron Corp. e algumas de suas afiliadas aprovado pela Corte, o qual entrou em pleno efeito em 17 de novembro de 2004; (xiv) a deliberação ou a distribuição de dividendos e pagamentos de juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia em montante superior a 110% (cento e dez por cento) do lucro líquido ajustado da Companhia (após dedução da reserva legal de 5% (cinco por cento)); (xv) caso a relação entre o Endividamento Financeiro Líquido e o patrimônio líquido da Companhia seja superior a 0,80 (zero vírgula oitenta) por prazo igual ou superior a 12 (doze) meses. Considera-se "Endividamento Financeiro Líquido", para os fins aqui previstos, o endividamento financeiro deduzido do saldo de caixa e das disponibilidades financeiras da Companhia (incluindo valores empenhados), excluídos: (i) o financiamento obtido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES") através do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 02.2.057.3.1, datado de 07 de fevereiro de 2002, no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, referente à reposição das perdas com o racionamento de energia de 2001 ("Financiamento referente ao Racionamento de Energia de 2001"); (ii) o financiamento obtido do BNDES através do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 03.2.568.3.1, datado de 23 de outubro de 2003, no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica – CVA – Conta das Variações da Parcela A ("Financiamento referente à CVA"); (iii) os empréstimos setoriais concedidos e a serem concedidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS ("Empréstimos da ELETROBRÁS") e (iv) o Instrumento Particular de Assunção Parcial de Obrigações de Ajuste de Reservas e Confissão de Dívidas existentes entre a CESP – Companhia



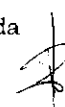
Energética de São Paulo e a Fundação CESP, pela Elektro Eletricidade e Serviços S.A. e Outras Avenças, datado 26 de junho de 1998 ("Dívida com a Fundação CESP"); (xvi) caso a relação entre o Endividamento Financeiro Líquido e o EBITDA da Companhia seja superior a 2,5 (dois vírgula cinco) por prazo igual ou superior a 12 (doze) meses. Considera-se "EBITDA", para os fins aqui previstos, o somatório do resultado antes de deduzidos (i) o imposto de renda e contribuição social, (ii) a depreciação e as amortizações, inclusive a amortização do ágio pago na aquisição da Companhia, (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) os resultados de participações societárias e (v) o resultado não operacional; (xvii) caso a relação entre Endividamento Financeiro de Curto Prazo e o Endividamento Financeiro Total da Companhia seja superior a 0,30 por prazo igual ou superior a 12 (doze) meses. Considera-se "Endividamento Financeiro Total", para fins ora previstos, o endividamento financeiro da Companhia, excluídos: (i) Financiamento referente ao Racionamento de Energia de 2001, (ii) o Financiamento referente à CVA, (iii) Empréstimos da ELETROBRÁS e (iv) Dívida com a Fundação CESP. Considera-se o "Endividamento Financeiro de Curto Prazo", para fins aqui previstos, o saldo do Endividamento Financeiro Total cujo vencimento seja inferior ou igual a 12 (doze) meses, excluída a parcela do saldo da presente emissão de Debêntures cujo vencimento seja inferior ou igual a 12 (doze) meses; (xviii) caso a relação entre o EBITDA e as Despesas Financeiras Líquidas seja inferior a (i) 2,5 (dois vírgula cinco) para o exercício de 2005 ou (ii) 3,0 (três vírgula zero) para os demais exercícios por prazo igual ou superior a 12 (doze) meses. Considera-se "Despesas Financeiras Líquidas", para os fins ora previstos, as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras. As despesas financeiras excluem aquelas associadas (i) ao Financiamento referente ao Racionamento de Energia de 2001; (ii) ao Financiamento referente à CVA; (iii) aos Empréstimos da ELETROBRÁS; (iv) à Dívida com a Fundação CESP; (v) ao PIS / COFINS sobre receita financeira; (vi) à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF; (vii) aos Juros sobre Capital Próprio; (viii) à variação cambial sobre as compras de energia de Furnas / Itaipu e (ix) à amortização da variação cambial diferida; (xix) mudança do objeto social da Companhia ou realização de qualquer negócio fora do objeto social da Companhia, exceto quando determinadas pela ANEEL ou pela legislação aplicável; (xx) a redução do capital social da Companhia (exceto decorrente do processo de capitalização da Companhia e conseqüente redução do seu capital em razão da absorção de prejuízos acumulados, que ocorrerá por meio da conversão de dívidas existentes entre as empresas do Grupo Enron e a Companhia);

(xxi) o contrato de cessão fiduciária em garantia (a) for objeto de questionamento judicial, anulação ou rescisão, de maneira que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas na escritura de emissão e/ou no contrato de cessão fiduciária em garantia, desde que as garantias não sejam satisfatoriamente substituídas, a critério dos debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, pela Companhia no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento de notificação escrita neste sentido; (b) não for devidamente constituído; (c) for anulado; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido; (xxii) caso a Companhia celebre qualquer tipo de acordo ou contrato pelo qual qualquer espécie de receitas ou lucros da Companhia seja dividida com ou atribuída a qualquer pessoa, exceto em decorrência de determinação da ANEEL ou programas de participação nos lucros e resultados instituídos em benefício de empregados e/ou administradores da Companhia nos termos da lei; (xxiii) caso a Companhia venda, ceda, alugue ou de qualquer forma aliene a totalidade ou parte relevante de seus ativos operacionais, seja em uma única transação ou em uma série de transações, relacionadas ou não, em valor superior a 2% (dois por cento) do seu capital social; e (xxiv) a ocorrência simultânea de 2 (dois) ou mais dos eventos previstos nos itens (xv), (xvi), (xvii) e (xviii) acima, independentemente do período durante o qual se verifique a ocorrência de tais eventos. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos itens (i), (ii), (iii), (vii), (viii) e (xxiv) acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures; **(C)** Os acionistas deliberaram ainda que, tendo em vista que todas as características necessárias e suficientes para a conclusão da emissão das Debêntures foram aprovadas na presente Assembléia, tendo sido reduzidas a termo nesta ata, faz-se desnecessária a apreciação pelo Conselho de Administração das condições gerais para a emissão, no que tange aos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada. Os acionistas autorizaram a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários e suficientes para a realização da 2ª Emissão. **(D)** Aprovaram a delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para definir, após a conclusão do procedimento de *bookbuilding*, as taxas de juros da remuneração das Debêntures devendo, ainda, orientar a Companhia sobre todo o quanto se fizer necessário para a conclusão de todo o processo de emissão. Autorizaram a Diretoria da Companhia a contratar uma ou mais instituições financeiras habilitadas a operar no mercado de capitais para atuarem como coordenadores para assessorar no processo de estruturação e registro da 2ª Emissão e colocação das Debêntures, o agente fiduciário, o banco mandatário e





agente escriturador, a(s) agência(s) de classificação de risco, entre outros, bem como para celebrar o instrumento de escritura de emissão das Debêntures e praticar todos os atos necessários e suficientes para a realização da 2ª Emissão. **Segundo Item da Ordem do Dia:** a matéria foi retirada de pauta devido ao não recebimento pela Companhia, até a presente data, da homologação formal da referida operação, por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. **Terceiro Item da Ordem do Dia:** foi aprovada, por unanimidade, a retificação dos pontos registrados na Ata lavrada na Assembléia Geral Extraordinária de 25 de julho de 2004, especificamente (i) o registro lançado na parte final do item b.4, e (ii) o número referido no item 2 daquele instrumento, em razão de erros materiais, os quais foram devidamente informados aos acionistas e a todos os interessados através de "Aviso aos Acionistas" devidamente disponibilizado para a Comissão de Valores Mobiliários no próprio dia 25 de julho e também publicado, no dia 27 de julho de 2005, nos jornais Valor Econômico (edição nacional) e Diário Oficial do Estado de São Paulo. As retificações são as que seguem: (i) na parte final do item b.4, leia-se: "Ficou registrado que os acionistas detentores de ações ordinárias terão o direito de subscrever 1,57423976690 nova ação ordinária e 0,23810734195 nova ação preferencial, e que os acionistas detentores de ações preferenciais terão o direito de subscrever 1,81234710885 nova ação preferencial, conforme o caso, para cada 1 (uma) ação ordinária ou preferencial que possuírem até o fechamento do pregão de 25 de julho de 2005..."; e (ii) no item (2), leia-se: "... o qual passará a ter a seguinte redação: *Artigo 4º - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 954.056.552,16 (novecentos e cinquenta e quatro milhões, cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos) dividido em 387.518.544.694 (trezentos e oitenta e sete bilhões, quinhentos e dezoito milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e noventa e quatro) ações, sendo 183.761.944.618 (cento e oitenta e três bilhões, setecentos e sessenta e um milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e dezoito) ações ordinárias e 203.756.600.076 (duzentos e três bilhões, setecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos mil e setenta e seis) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.*". **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a reunião e lavrada a presente ata no livro próprio, a qual após lida e conferida pelos presentes, foi por todos assinada. A.a. Carlos Marcio Ferreira (Presidente), Ricardo Cleber Zangirolami (Secretário), EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda (p.p. Vasco de Castro Ferraz Jr.); ETB – Energia Total do Brasil Ltda (p.p. Vasco de Castro Ferraz Jr.), Prisma Energy Investimentos Energéticos Ltda



(p.p. Vasco de Castro Ferraz Jr.), Prisma Energy Brazil Finance Ltd. (p.p. Vasco de Castro Ferraz Jr.), Rubens dos Santos (p.p. Sergio Ros Brasil), Atrium Fundo de Investimento em Títulos e Valores Mobiliários (p.p. Sergio Ros Brasil), Atrium Participações Consultoria e Administração Ltda. (p.p. Sergio Ros Brasil) e Antonio José G. Fraga Filho (p.p. Emílio Salomão Elias).

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada às fls. 69 a 76 do Livro Próprio.

**Campinas, 31 de agosto de 2.005.**



Ricardo Cleber Zangirolami  
Secretário

